

REQUERIMENTO N.º _____, DE 2017

(Do Sr. Sérgio Vidigal)

Requer a realização de audiência pública para discutir a educação para a formação ética e de valores.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III e 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para discussão sobre a educação para a formação ética e de valores nas escolas brasileiras. Para tanto, gostaríamos de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar diferentes perspectivas sobre o tema:

- 1) Professor Doutor Pedro Laudinor Goergen;
- 2) Professor Doutor Yves de la Taille;
- 3) Professor Gonçalo Medeiros;
- 4) Um representante da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 2017.

Sérgio Vidigal
Deputado Federal – PDT/ES

JUSTIFICATIVA

Não é incomum ouvirmos os educadores queixarem-se de que as salas de aula estão cada vez mais barulhentas e desatentas, cada vez mais violentas e, apesar de conectadas em seus celulares, desconectadas em suas relações pessoais.

A escola não deve ser vista como espaço apenas de transmissão de conteúdo. Ela, mesmo quando não o faz voluntariamente, contribui para a formação, ou a deformação, ética e moral de nossas crianças e jovens.

Nesse sentido, acreditamos ser importante refletirmos sobre a necessidade e os limites da escola apresentar-se também como espaço de formação moral e ética, como lugar da apresentação de princípios. Não se trata de limitar a escola a uma instituição que impõe regras e treina os jovens para a vida social, mas de entendê-la como espaço de crescimento e desenvolvimento pessoal em diversas instâncias da civilidade e dos valores humanos.

Os acontecimentos políticos recentes mostram que boa parte de nossa crise é moral. Certamente as famílias têm o papel preponderante na formação dos valores de suas crianças, mas diante das necessidades cotidianas de trabalho, muitas vezes os pais não têm a disponibilidade necessária – ou eles mesmos não possuem os valores ético-morais positivos devidamente consolidados em virtude das próprias limitações de formação ou de seus espaços de convivência. Nesse sentido, a escola acaba assumindo um espaço maior de protagonismo na formação dos valores de nossos jovens.

Voluntariamente ou involuntariamente, o espaço escolar funciona como campo para transmissão de valores. Será melhor que essa transmissão ocorra de modo consciente e intencional. A clareza e a transparência quanto ao seu papel na transmissão de valores contribuem para que a escola atue com protagonismo e propriedade, e não como mero espaço para reprodução de atitudes e valores com os quais nem ela nem a família concordariam.

A adoção de uma postura ativa na disseminação de valores não pode se dar sem o devido debate, afinal, quais valores devem ser privilegiados? Qual o espaço para a diversidade de valores? Como atuar na disseminação de valores e, ao mesmo tempo, evitar que a escola se torne espaço para disseminação de proselitismos de todo tipo?

Essas e outras perguntas devem estar na mente não apenas dos educadores, mas também dos legisladores. Por isso, acreditamos que esta Comissão de Educação deve abrir espaço para discussões sobre a formação ética e moral em nossas escolas. Neste requerimento de audiência pública propomos convidar especialistas acadêmicos, profissionais que possam

exemplificar esse tipo de formação e ao menos um representante do Ministério da Educação.

Acreditamos que o Ministério da Educação deve nos atualizar sobre a existência de programas ou ações no sentido da disseminação de valores positivos, da cultura da paz e da solidariedade, exemplificando e avaliando os resultados alcançados. Caso não haja exemplo, cremos que o Ministério também nos deva justificar a postura de não incentivar a educação de valores na escola.

Os especialistas acadêmicos poderão nos ajudar a entender as implicações de uma educação voltada a valores no Brasil contemporâneo. Sua reflexão pode servir tanto como incentivo quanto como alerta, e certamente nos ajudará a compreender a complexidade de relações e vínculos que se podem estabelecer entre a educação formal e a formação em valores.

Exemplos concretos certamente poderão nos demonstrar como se dá a prática desse tipo de formação. Os problemas e as soluções do cotidiano devem estar na mente dos planejadores e dos avaliadores para que a adoção de práticas voltadas à formação de valores se dê o mais eficientemente possível.

Esperamos que uma audiência enxuta, com apenas quatro convidados, nos permitirá iniciar o debate. Estamos, porém, abertos às sugestões dos nobres parlamentares e, se for o caso, iniciar uma série de discussões que possam cobrir o assunto do modo mais amplo possível.

Temos certeza que a partir dessa discussão poderemos enriquecer os projetos de lei que tratem de temas afeitos à educação e nossa própria análise nesta Comissão.

Conto com o apoio dos nobres pares.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 2017.

Sérgio Vidigal
Deputado Federal – PDT/ES